

## Auditoria Compartilha - Edição nº 012/2021

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Dezembro

### NORMATIVOS INTERNOS

#### JORNADA DE TRABALHO TAE'S

[Portaria nº 2776, de 01 de Dezembro de 2021](#)

Determinações sobre a Jornada de Trabalho dos TAE's no IFS

#### PLANO ANUAL DE LICITAÇÕES

[Portaria nº 2819, de 06 de Dezembro de 2021](#)

Institui Cronograma de Licitações 2022

#### INFORMAÇÕES SIGILOSAS NO ÂMBITO DO IFS

[Portaria nº 2830, de 07 de Dezembro de 2021](#)

Aprovar Cartilha de Classificação de Informações Sigilosas do Instituto Federal de Sergipe

#### DOCUMENTOS E FORMULÁRIOS SEI!

[Portaria nº 2833, de 07 de Dezembro de 2021](#)

Manual para a Criação de Modelos de Documentos e Formulários no SEI.

#### PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO SEI

[Portaria nº 2834, de 07 de Dezembro de 2021](#)

Autorizar a utilização do Procedimento Operacional Padrão Sistema Eletrônico de Informações

#### SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI

[Portaria nº 2910, de 21 de Dezembro de 2021](#)

Uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

#### PRO REITORIA DE ENSINO

[Portaria nº 2960, de 27 de Dezembro de 2021](#)

Revogar Portarias substituídas, em desuso e/ou terem sido contempladas em outros regulamentos vinculados à PROEN - IFS.

#### FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA

[Resolução CS/IFS nº 106, de 03 de dezembro de 2021](#)

Autorização a indicação da Fundação de

#### PLANO DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA 2022

[Resolução CS/IFS nº 112, de 21 de dezembro de 2021](#)

Aprova ad referendum o Plano de Atividades da Auditoria Interna -

Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba  
para atuar como fundação de apoio junto  
ao IFS.

**PROGRAMA DE GESTÃO DO IFS**

#### 14.138, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021.

Estabelece regras relativas à disponibilização da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física dos agentes públicos civis da administração pública direta e indireta do Poder Executivo federal e sobre a gestão e o acesso ao banco de dados das declarações de que tratam os § 1º e § 2º do art. 3º e o art. 8º do Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020.

#### **OUVIDORIA.**

##### RESOLUÇÃO Nº 7, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aprova a Norma Modelo para Criação de Unidades de Ouvidoria e a Norma Modelo para Regulamentação da Atividade de Ouvidoria em Órgãos Públicos.

#### **PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE DE BOA-FÉ.**

##### DECRETO Nº 10.890, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021.

Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta.

#### **PREVENÇÃO AO CONFLITO DE INTERESSES e TRANSPARÊNCIA.**

##### DECRETO Nº 10.889, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021.

Regulamenta o inciso VI do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal – e- Agendas.

#### **REMUNERAÇÃO PROPORCIONAL.**

##### INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 104, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021.

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal-SIPEC, quanto ao cálculo proporcional da remuneração devida aos servidores recém-ingressados e àqueles cujos cargos públicos forem declarados vagos.

o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, o Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

#### **LIDERANÇA e CARGOS COMISSIONADOS.**

##### PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021.

Define o modelo para descrição e divulgação do perfil profissional desejável para cada Cargo Comissionado Executivo – CCE ou Função Comissionada Executiva – FCE, de níveis 11 a 17, alocados nas estruturas regimentais ou nos estatutos dos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao art. 24 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e dá outras providências.

#### **GOVERNO DIGITAL, REGISTRO DE REFERÊNCIA e CONJUNTO DE DADOS.**

##### RESOLUÇÃO CCGD/ME Nº 7, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021.

Institui o Registro de Referência dos Servidores Civis do Poder Executivo Federal e RESOLUÇÃO CCGD/ME Nº 8, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Registro de Referência das Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal.

#### **COMPRAS PÚBLICAS e CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS.**

##### INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

## INFORMATIVOS

### NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

[Lei nº 14.133/2021: firmando os passos a caminho da melhoria do processo.](#)

### IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

[A retroatividade da lei mais benéfica no direito administrativo sancionador e a reforma da Lei de Improbidade pela Lei 14.230/2021.](#)

### HABILITAÇÃO JURÍDICA.

[A não apresentação do contrato social consolidado causa a inabilitação de licitante?](#)

### NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

[Nova Lei de Licitações: o mesmo servidor pode atuar como agente de contratação e pregoeiro?](#) e [Nova lei de licitações: a](#)


















## JULGADOS

### AUDITORIA e LIVRE ACESSO.

[ACÓRDÃO Nº 2814/2021 – TCU – Plenário.](#)

9.2. dar ciência à Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência de que a exigência de pagamento por despesas que seriam incorridas com a extração dos dados do eSocial como condição para atender requisição formulada por equipe de fiscalização do TCU, (...), contraria o disposto no art. 145 da Lei 14.116/2020 e no art. 42 da Lei 8.443/1992; (...)

9.4. determinar ao Ministério do Trabalho e Previdência que avalie a forma mais adequada e adote as providências pertinentes para operacionalizar o acesso irrestrito do TCU aos dados do e-Social, apresentando, em 15 (quinze) dias, plano de trabalho com metas e prazo final para o cumprimento da determinação, de modo que esse prazo final não exceda 120 (dias), em consonância com o disposto no art. 42 da Lei 8.443/1992, c/c art. 8º, XV, do Anexo A do Decreto 10.761/2021;

### LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

[ACÓRDÃO Nº 2814/2021 – TCU – Plenário.](#)

9.3. expedir orientação, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts 6ª, 23, inciso I, e 26 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), por meio de comunicado eletrônico, a todos os órgãos e entidades acompanhados nesta fiscalização, para que informem aos seus servidores/empregados, aposentados/reformados ou pensionistas, preferencialmente em seus sítios eletrônicos, que dados de outros vínculos públicos acaso existentes e informados pelos respectivos empregadores no eSocial serão utilizados na verificação de possíveis irregularidades;

*"Aqui se faz controle preventivo!"*



This email was sent to \*|EMAIL|\*

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

\*|LIST:ADDRESSLINE|\*

\*|REWARDS|\*